



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON

BALANÇO

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2021 DA AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA – IDARON

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Declaro que as demonstrações contábeis constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/RO (Balanços: Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações no Patrimônio Líquido), regidas pela Lei Complementar nº 4.320, de 1964, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11, relativas ao exercício de 2021, representam com fidedignidade a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Entidade.

Porto Velho, 31 de dezembro de 2021.

JÚNIOR CLEBER ALVES PAIVA

CONTADOR RESPONSÁVEL

CRC 07107/O-2

Nota 01 – Contexto Geral

A Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON é uma autarquia, constituída pela Lei Complementar nº 211, de 15 de dezembro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 215, de 19 de julho de 1999, com personalidade jurídica de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada a Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI. A sede da autarquia está localizada no Palácio Rio Madeira, edifício Rio Cautário, 5º andar, Avenida Farquar, nº 2986, bairro Pedrinhas, Porto Velho, Rondônia. A IDARON é integrante da Lei Orçamentária Estadual, Lei Nº 4.938, de 30 de dezembro de 2020, onde estão detalhadas as Ações e /ou Programas desenvolvidos pela Autarquia;

COMPETÊNCIA DA AGÊNCIA

Sua competência encontra-se disposta no art. 3º da Lei Complementar nº 215, de 19 de julho de 1999, *in verbis*:

(...)

Art. 3º - Compete a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON:

I - planejar, coordenar e executar as ações de defesa sanitária e agrosilvopastoril do Estado, compatibilizando-as com as diretrizes da política agropecuária nos âmbitos Estadual e Federal, bem como expedir Certificado de Inspeção Estadual (CIE) e Zoofitosanitário;

II - promover estudos que subsidiem o planejamento na área de defesa agrosilvopastoril;

III - promover a integração das ações nas áreas de defesa agrosilvopastoril nos níveis Federal, Estadual e Municipal;

IV - propor a elaboração de Convênios com o Setor Público e Privado, para a execução de serviços de defesa agrosilvopastoril, nos âmbitos, Federal, Estadual e Municipal;

V - promover a capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos na área de defesa agrosilvopastoril e sanitária;

VI - manter intercâmbio de informações técnicas e científicas com instituições nacionais e internacionais que se dediquem às atividades de defesa sanitária e agrosilvopastoril;

VII - apresentar à Secretaria de Estado da Agricultura e Reforma Agrária ou à Instituição que a suceder, as propostas de planejamento e programas anuais e plurianuais de defesa agrosilvopastoril, com a ordenação prioritária dos projetos que os integrem e a identificação dos órgãos executores;

VIII - promover a realização de conferências, simpósios e outros conclave científicos na área de defesa sanitária e agrosilvopastoril;

IX - coordenar, cadastrar e fiscalizar o comércio de insumos de uso agrosilvopastoril;

X - celebrar convênios, contratos, ajustes e protocolos com instituições públicas e privadas nacionais, estrangeiras, observada a legislação pertinente.

(...)

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela Coordenadoria de Contabilidade, de acordo com o disposto no Decreto nº 24.904, de 25 de março de 2020. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios, que é o sistema do Governo Estadual onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Nota 02 – Principais Práticas e Critérios Contábeis

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) representam o conjunto consolidado e sintetizado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade pública, com objetivo de retratar a saúde financeira, sendo os relatórios de saídas, base para análise e tomada de decisão por parte dos usuários da informação contábil. Sua estrutura está contida nos anexos da Lei 4.320/1964, na qual foi alterada pela Portaria STN 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, convergentes aos padrões internacionais de contabilidade. As demonstrações foram elaboradas em Conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 8ª edição, Parte V aprovada pela Portarias Conjuntas STN/SOF nº 06, 07 e 877 DE 18/12/2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, assim como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tal qual as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16) e também pelo Manual de Conferência das Demonstrações Contábeis – MCDC/2021/SIAFEM-SUPER/SEFIN-RO, aprovado pela Portaria nº 1031/2019/SEFIN-SUPER de 05 novembro de 2019.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

- a. **MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do Brasil. Todos os saldos foram apresentados em reais e com duas casas decimais, exceto quando indicado outra forma;
- b. **DISPONIBILIDADES:** As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- c. **CRÉDITOS E DÍVIDAS:** Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- d. **AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão comparativas às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
- e. **ESTOQUES:** Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº 4.320/64 e NBC TSP 04/2016;
- f. **IMOBILIZADO:** O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, sendo atualizado por ajustes de Depreciação e/ou Amortização conforme característica do bem;

- g. DEPRECIACÃO: Fora adotado para cálculo dos encargos de depreciação o método das quotas constantes, conforme preceitua o parágrafo 1º do art. 6º, Decreto 22.670 de 16/03/2018 bem como os critérios de definidos pela Secretaria da Receita Federal, por meio da Instrução Normativa nº 162, de 31 de dezembro de 1998, atualizada, ou a que vier substituí-la;
- h. REAVALIAÇÃO: é a adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo e REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL é a perda de benefícios econômicos futuros ou do potencial de serviços de ativo superior ao reconhecimento sistemático da redução dos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços do ativo, devido à depreciação; conforme preceitua os incisos XXV e XXVI do art. 2º, Decreto 24.041 de 8/07/2019;
- i. RESTOS A PAGAR: Os restos a pagar não processados, ou seja, quando liquidados, alteram o status para restos a pagar não processados liquidados de exercícios anteriores, uma vez que estes devem compor o quadro de “Processados”, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição. Já os créditos em liquidação são considerados como restos a pagar não processados, uma vez que, ainda não se deu a devida liquidação.
- j. RETENÇÕES: O Estado adota a política contábil considerando a Retenção como paga apenas na baixa da obrigação.
- k. A Agência IDARON realiza a escrituração contábil através do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/RO;
- l. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) aprovadas pela Parte V do MCASP 8ª Edição são as seguintes:
- m. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
- n. BALANÇO FINANCEIRO
- o. BALANÇO PATRIMONIAL
- p. DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
- q. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
- r. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- s. NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e são apresentadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Para essa demonstração adota-se também o regime de caixa, apura-se a geração líquida de caixa para o exercício e evidencia o saldo em caixa inicial (que foi proveniente do exercício anterior) e o saldo de caixa final (que irá para o exercício seguinte).

Notas explicativas

As Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das Demonstrações Contábeis Aplicada ao Setor Público – DCASP e consideradas parte integrante das demonstrações. Elas fornecem descrições narrativas e detalhes de itens apresentados nas DCASP e têm por objetivo facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários.

Para um melhor alinhamento com as IPSAS (Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público), em 2008, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC emitiu as primeiras normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público, as NBC T 16, essas normas passaram a exigir a elaboração das notas explicativas às demonstrações contábeis, preenchendo a lacuna que existia na legislação do CFC.

Em 2018, com a edição da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 - NBC TSP 11, houve um aprimoramento na estrutura das notas explicativas, no qual estabeleceu diretrizes e requisitos mínimos para o seu conteúdo.

Balanço Orçamentário

O Balanço orçamentário (BO) é elaborado em obediência à Lei nº 4.320/1964, que demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Para esse demonstrativo adota-se o regime orçamentário para a definição do momento do registro da sua realização, conforme descrito no art. 35 da citada Lei.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – As receitas nele arrecadadas;

II – As despesas nele legalmente empenhadas.

O confronto entre a receita prevista atualizada e a receita realizada apura o saldo, que representa excesso ou insuficiência de arrecadação.

O saldo resultante do confronto entre dotação atualizada e as despesas empenhadas corresponde à economia orçamentária.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

No quadro denominado “Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados” informa-se os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior constam no “Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados” que evidencia o seu pagamento ou cancelamento.

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) demonstra as receitas e despesas orçamentárias, e ainda, os ingressos e dispêndios extraorçamentários. Os ingressos financeiros são somados aos saldos de caixa oriundos do exercício anterior, subtraído dos dispêndios financeiros apurando-se o saldo de caixa que se transferem para o início do exercício seguinte.

O resultado financeiro apurado nesse demonstrativo não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial para fins de abertura dos créditos suplementares e especiais.

O Balanço Financeiro é elaborado em observância ao princípio de caixa, ou seja, registra as entradas e saídas de caixa.

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

No quadro principal tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.

Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados no presente pela Unidade Gestora, como resultado de evento passado e com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre os ativos e os passivos. A situação patrimonial líquida pode ser um valor positivo ou negativo.

Os quadros dos ativos e passivos financeiros e permanentes; e das compensações são elaborados em cumprimento ao disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

I – O Ativo Financeiro;

II – O Ativo Permanente;

III – O Passivo Financeiro;

IV – O Passivo Permanente;

V – O Saldo Patrimonial;

VI – As Contas de Compensação.

Os ativos e passivos financeiros compreendem os valores realizáveis ou exigíveis que independam de autorização orçamentária, por já terem passado pelo empenho ou por ser extraorçamentário.

Já os ativos e passivos permanentes dependem de autorização legislativa para mobilização, alienação, amortização ou resgate. O passivo permanente somente se transforma em financeiro no momento do empenho.

O quadro das compensações apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente.

O quadro “Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial” apresenta o superávit / déficit financeiro, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e

será precedida de exposição justificativa.

...

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. □

Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e apura o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) e o valor apurado passa a compor o patrimônio líquido do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas causam alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público no momento a que se referem, segundo seu fato gerador, conforme o regime da competência, ou seja, as variações são registradas independentemente do recebimento ou pagamento.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e são apresentadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Para essa demonstração adota-se também o regime de caixa, apura-se a geração líquida de caixa para o exercício e evidencia o saldo em caixa inicial (que foi proveniente do exercício anterior) e o saldo de caixa final (que irá para o exercício seguinte).

Notas explicativas

As Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das Demonstrações Contábeis Aplicada ao Setor Público – DCASP e consideradas parte integrante das demonstrações. Elas fornecem descrições narrativas e detalhes de itens apresentados nas DCASP e têm por objetivo facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários.

Para um melhor alinhamento com as IPSAS (Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público), em 2008, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC emitiu as primeiras normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público, as NBC T 16, essas normas passaram a exigir a elaboração das notas explicativas às demonstrações contábeis, preenchendo a lacuna que existia na legislação do CFC.

Em 2018, com a edição da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 - NBC TSP 11, houve um aprimoramento na estrutura das notas explicativas, no qual estabeleceu diretrizes e requisitos mínimos para o seu conteúdo.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O Balanço Orçamentário é composto por: a) Quadro Principal; b) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e c) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados. Tem como finalidade evidenciar o confronto entre a estimativa das receitas e despesas com a execução. Outra informação importante é o resultado da execução orçamentária (superávit ou déficit orçamentário).

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DE RONDÔNIA

Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/1964

Período: 1.1.2021 a 31.12.2021

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	27.689.283,00	27.689.283,00	38.137.898,47	10.448.615,47
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA				
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES				
RECEITA PATRIMONIAL	835.921,00	835.921,00	1.598.448,37	762.527,37

RECEITA AGROPECUÁRIA				
RECEITA INDUSTRIAL				
RECEITA DE SERVIÇOS	26.853.362,00	26.853.362,00	33.965.183,49	711.182.149,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES			2.574.266,61	2.574.266,61
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
ALIENAÇÃO DE BENS				
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	27.689.283,00	27.689.283,00	38.137.898,47	10.448.615,47
OPERAÇÕES DE CRED./REFINANCIAM. (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL C/REFINANCIAM. (V) = (III+IV)	27.689.283,00	27.689.283,00	38.137.898,47	10.448.615,47
DÉFICIT (VI)	-	-	85.992.847,68	
TOTAL (VII) = (V+VI)	27.689.283,00	27.689.283,00	124.130.746,15	10.448.615,47
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	29.965.437,38	27.963.399,47	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	
Superávit Financeiro	-	29.965.437,38	27.963.399,47	
Reabertura de créditos adicionais	-			

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA SOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	100.224.408,00	129.470.159,59	123.067.336,44	120.866.648,12	107.044.422,31	6.402.823,15
Pessoal e Encargos Sociais	70.600.675,00	102.624.870,87	98.217.116,24	98.216.733,03	84.410.119,35	4.407.754,63
Juros e Encargos da Dívida						-
Outras Despesas Correntes	29.623.733,00	26.845.288,72	24.850.220,20	22.649.915,09	22.634.302,96	1.995.068,52
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	1.034.000,00	1.118.100,66	1.063.409,71	1.061.641,70	1.061.641,70	54.690,95
Investimentos	1.034.000,00	1.118.100,66	1.063.409,71	1.061.641,70	1.061.641,70	54.690,95
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (X)		-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII+IX+X)	101.258.408,00	130.588.260,25	124.130.746,15	121.928.289,82	108.106.064,01	6.457.514,10
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIMENTO (XII) = (XI+XII)	101.258.408,00	130.588.260,25	124.130.746,15	121.928.289,82	108.106.064,01	6.457.514,10
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XII + XIII)	101.258.408,00	130.588.260,25	124.130.746,15	121.928.289,82	108.106.064,01	6.457.514,10
RESERVA DO RPPS						
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)						

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO f = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (b)				
DESPESAS CORRENTES (VIII)	0,00	1.772.787,49	963.837,42	963.837,42	808.950,07	0,00
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes		1.772.787,49	963.837,42	963.837,42	808.950,07	
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	0,00	2.952.402,40	2.906.830,00	2.906.830,00	45.572,40	0,00
Investimentos		2.952.402,40	2.906.830,00	2.906.830,00	45.572,40	
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL	0,00	4.725.189,89	3.870.667,42	3.870.667,42	854.522,47	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO e = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (b)			
DESPESAS CORRENTES (VIII)	0,00	1.131.033,05	944.324,63	75.246,43	111.461,99
Pessoal e Encargos Sociais		1.052.726,29	866.017,87	75.246,43	111.461,99
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes		78.306,76	78.306,76		
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos					

Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL	0,00	1.131.033,05	944.324,63	75.246,43	111.461,99
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)					

Nota 01: Operações Intraorçamentárias

Operações intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública, integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo; por isso, não representam novas entradas de recursos nos cofres do ente receptor. A tabela abaixo evidencia o montante das receitas intraorçamentárias (Repasse Recebidos) no período.

Tabela - Receitas Intraorçamentárias

Código	Descrição	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receita Realizada (c)	Saldo (d) = (c)-(d)
7.2.2.2.4.00.00	Repasse Recebidos Decorrentes do Orçamento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 76.305.350,32	R\$ 76.305.350,32
Total		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 76.305.350,32	R\$ 76.305.350,32

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF

Nota 02: Alterações Orçamentárias

Durante a execução da Lei Orçamentária Anual - LOA, que estabelece o orçamento do Estado, por intermédio do qual são estimadas as receitas e fixadas as despesas, ocorreram diversos fatores que influenciaram diretamente para a alteração do cenário previsto inicialmente, essas alterações podem ser visualizadas na tabela a seguir:

Tabela - Alterações Orçamentária

Categoria Econômica	Grupo Natureza Despesas	Dotação Inicial	Dotação Alterada	Dotação Atualizada
03 - Despesa Corrente	1 - Pessoal e Encargos Sociais	70.600.675,00	32.024.195,87	102.624.870,87
	3 - Outras Despesas Correntes	29.623.733,00	-2.778.444,28	26.845.288,72
04 - Despesa de Capital	4 - Investimentos	1.034.000,00	84.100,66	1.118.100,66
Total		101.258.408,00	29.329.852,25	130.588.260,25

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF

O total da suplementação no Orçamento foi de R\$ 29.711.805,01 (vinte e nove milhões e setecentos e onze mil e oitocentos e cinco reais e um centavo), ocasionando uma diferença de R\$ 381.952,76 (trezentos e oitenta e um mil e novecentos e cinquenta e dois reais e setenta e seis centavos) que corresponde a descentralização de créditos orçamentários.

Nota 03: Cancelamento De Restos A Pagar

Em análise aos Anexos I e II do Balanço Orçamentário, verifica-se o valor de R\$ 854.522,47 (oitocentos e cinquenta e quatro mil e referente ao cancelamento de Restos a Pagar Não Processados e R\$ 75.246,43 (setenta e cinco mil e duzentos e quarenta e seis reais e quarenta e três centavos), ao Cancelamento de Restos a Pagar Processados. Com base nos dados extraídos do SIGEF e SEI segue abaixo um resumo dos motivos que levaram ao cancelamento dos saldos empenhados evidenciando os valores cancelados acima de R\$ 1.000,00 (mil reais).

MOTIVO DO CANCELAMENTO	VALOR
Cancelamento de Restos a Pagar Processados-RPP, devido lançamento em duplicidade e justificativa apensa no Proc. 0030.235356/2021-48 - Ofício 3434 (0018934544	R\$ 75.246,43

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF

Nota 04: Situação Orçamentária

O Balanço Orçamentário da Unidade Gestora - UG 190023 apresenta desequilíbrio na previsão da Receita, déficit orçamentário, pois a arrecadação é insuficiente para fazer face as despesas previstas. Porém conforme poderá ser observado na Nota 1 deste demonstrativo, existe previsão de repasse financeiro na LOA para a UG, de R\$ 76.305.350,32 (setenta e seis milhões e trezentos e cinco mil e trezentos e cinquenta reais e trinta e dois centavos), referente a Repasses Intraorçamentários, que na unidade recebedora, não pode ser computado como previsão de receitas, pois já foi computado no Órgão Transferidor, evitando-se, com isso, a duplicidade de previsão de receitas, conforme Portaria Interministerial nº 339 de 29/08/2001. Os valores repassados pelo Governo Estadual, através de Fonte de Recursos 0100, podem ser verificados no Balanço Financeiro – Transferências Financeiras Recebidas.

Quanto às receitas arrecadadas diretamente pela IDARON, são oriundas dos serviços de inspeção e fiscalização da defesa sanitária, animal e vegetal, aplicações financeiras e não são suficientes para fazer face às despesas da Autarquia, conforme apresentado Tabela e Gráfico - Detalhamento da Receita Prevista x Receitas Realizadas, por grupo de natureza de despesa.

GRUPO DE NATUREZA DA RECEITA	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (a-b)
Receitas de serviços	R\$26.853.362,00	R\$ 33.965.183,49	R\$ 7.111.821,49
Receitas patrimoniais	R\$ 835.921,00	R\$1.598.448,37	R\$ 762.527,37
Outras receitas correntes	R\$ 0,00	R\$ 2.574.266,61	R\$2.574.266,61
Transferências de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Subtotal	R\$ 27.689.283,00	R\$ 38.137.898,47	R\$ 10.448.615,47
Déficit	R\$ 0,00	R\$ 85.992.847,68	R\$ 0,00
Total	R\$ 27.689.283,00	R\$ 124.130.746,15	R\$ 10.448.615,47
Superávit financeiro	R\$ 29.965.437,38	R\$ 29.965.437,38	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF

Nota 05: Detalhamento das Despesas por Tipo de Crédito

Do total das despesas executadas no ano de 2021, R\$ 29.965.437,38 (vinte e nove milhões e novecentos e sessenta e cinco mil e quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos) foram por créditos abertos utilizando o superávit de exercícios anteriores.

A tabela abaixo demonstra os Créditos abertos no período de 2019 a 2021.

Tabela - Dotação Orçamentária do IDARON (2019-2021)

Composição da Dotação Orçamentária	Dotação 2021	Dotação 2020	Dotação 2019
	(R\$)	(R\$)	(R\$)
Suplementação por Superávit (Fonte 0616)	R\$1.133.376,90	R\$ 1.386.621,55	R\$ 1.372.884,14
Suplementação por Superávit (Fonte 1300)	R\$ 144.372,48	R\$ 143.797,92	R\$ 125.853,90
Suplementação por Superávit (Fonte 0640)	R\$ 28.687.688,00	R\$ 85.927,97	R\$ 0,00
Créditos Suplementares	R\$ 29.965.437,38	R\$ 1.616.347,44	R\$ 1.498.738,04

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF e SIAFEM

É importante destacar que, em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Destacamos ainda, que esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário.

O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercícios anteriores, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas, à conta do superávit financeiro, são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior.

BALANÇO FINANCEIRO

O formato do Balanço Financeiro está de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, onde as

receitas e as despesas estão evidenciadas por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, dentre os saldos de maior relevância, destacam-se os seguintes:

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DE RONDÔNIA

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2021

R\$		
INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2021	Janeiro a Dezembro/2020
Receita Orçamentária (I)	38.137.898,47	30.043.923,47
Ordinária	152.133,00	10.337,28
Vinculada	37.985.765,47	30.033.586,19
Recursos Vinculados à Educação		
Recursos Vinculados à Saúde		
Recursos Vinculados à Previdência Social		
Recursos Vinculados à Assistência Social		
Recursos Vinculados à Operações de Crédito		
Recursos Diretamente Arrecadados p/Entidade	37.985.559,32	30.028.090,59
Recursos Vinculados a Fundos		
Recursos Vinculados a Convênios	206,15	5.495,60
Outras Vinculações de Recursos		
Transferências Financeiras Recebidas (II)	198.397.031,46	80.411.333,72
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	76.305.350,32	80.411.333,72
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	122.091.681,14	
Transferências Recebidas Aportes RPPS		
Recebimentos Extraorçamentários (III)	85.638.187,17	114.528.056,91
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.202.456,33	4.725.189,89
Inscrição de Restos a Pagar Processados	13.822.225,81	1.131.033,05
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	59.874.941,48	25.899.775,00
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	1.087.574,14	
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	8.650.989,41	82.772.058,97
Ajustes de Exercícios Anteriores		
Compensações Financeiras - IPERON	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários		
Saldo do Exercício Anterior (IV)	51.919.339,11	39.760.790,67
Caixa e Equivalente de Caixa	51.563.897,50	38.207.102,90
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	355.441,61	1.553.687,77
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	374.092.456,21	264.744.104,77

R\$		
DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2021	Janeiro a Dezembro/2020
Despesa Orçamentária (VI)	124.130.746,15	100.438.298,90
Ordinária	73.406.321,45	70.690.724,87
Vinculada	50.724.424,70	29.747.574,03
Recursos Vinculados à Educação		
Recursos Vinculados à Saúde		
Recursos Vinculados à Previdência Social		
Recursos Vinculados à Assistência Social		
Recursos Vinculados à Operações de Crédito		
Recursos Diretamente Arrecadados p/Entidade	49.591.047,80	21.097.722,46
Recursos Vinculados a Fundos		

Recursos Vinculados a Convênios	1.133.376,90	260.270,16
Outras Vinculações de Recursos		8.389.581,41
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	112.180.643,71	355.532,50
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	344.537,47	355.532,50
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	111.836.106,24	
Transferências Concedidas Aportes RPPS		
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	68.347.908,52	112.030.934,26
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	3.870.667,42	509.467,17
Pagamento de Restos a Pagar Processados	944.324,63	678.230,53
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	54.774.684,02	27.098.021,16
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS		
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	107.243,04	83.745.215,40
Ajustes de Exercícios Anteriores	8.650.989,41	
Perdas de Investimentos Temporários		
Outros Pagamentos Extraorçamentários		
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	69.433.157,83	51.919.339,11
Caixa e Equivalente de Caixa	69.433.157,83	51.563.897,50
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		355.441,61
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	374.092.456,21	264.744.104,77

JANEIRO a DEZEMBRO/2021		JANEIRO a DEZEMBRO/2020				
Especificação	Receita Orçamentária (a)	Deduções Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	152.133,00		152.133,00			
Vinculada	37.985.765,47	0,00	37.985.765,47	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Educação						
Recursos Vinculados à Saúde						
Recursos Vinculados à Previdência Social						
Recursos Vinculados à Assistência Social						
Recursos Vinculados à Operações de Crédito						
Recursos Diretamente Arrecadados p/Entidade	37.985.559,32		37.985.559,32			
Recursos Vinculados a Fundos	0,00					
Recursos Vinculados a Convênios	206,15		206,15			
Outras Vinculações de Recursos	0,00					
TOTAL	38.137.898,47	0,00	38.137.898,47	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF

Nota 01: Composição da Receita Orçamentária

Receita Orçamentária: compreende o somatório dos valores relativos às receitas realizadas, líquidas das respectivas deduções, detalhada por fonte de recursos conforme Tabela e Gráfico da Receita Orçamentária.

Tabela - Composição da Receita Orçamentária

Conta Contábil	Valor
Receita realizada	R\$ 38.137.898,47
(-) Dedução da Rec. Realizada	0,00
Total das Rec. Realizada	38.137.898,47

Nota 02: Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Transferências recebidas: Compreendem os valores das transferências financeiras recebidas das Fontes de Recursos 0100 – Recursos do Tesouro Estadual, em virtude da execução orçamentária (cota, repasse e sub-repasse), para fazer face ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.

Transferências Concedidas: Compreende o valor das transferências financeiras concedidas em virtude da execução orçamentária (cota, repasse e sub-repasse), para fazer face à cobertura do Termo de Cooperação Técnica entre IDARON e FUPEN, tendo como objeto o fornecimento de mão de obra de reeducandos.

Tabela: Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Conta Contábil	Descrição	Classificação	Valor
4.5.1.1.2.02.00	Repasse recebido	Transferências Recebidas para a execução Orçamentária	R\$ 76.305.350,32
3.5.1.1.2.02.00	Repasse concedido	Transferências Concedidas	R\$ 344.537,47

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF

Nota 03: Recebimentos Extraorçamentários

Composto pelas contas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro. Consideram-se ainda os valores inscritos em restos a pagar, que, por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, compõem esse grupo para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa; ingresso de recursos que se constituem obrigações relativas às consignações, depósitos de terceiros (cauções), provisões, dentre outros.

Restos a Pagar: Compreendem as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de 2021, distinguindo-se as processadas (aquelas despesas em que o fornecedor já cumpriu com a obrigação de entregar o produto ou serviço), das não processadas (aquelas despesas que estão aguardando a entrega do produto ou serviço).

Tabela - Inscrição de Restos a Pagar.

Restos a Pagar Não Processados Inscritos	R\$ 2.202.456,33
Restos a Pagar Processados Inscritos	R\$ 13.822.225,81
Total de Restos a Pagar	R\$ 16.024.682,14

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF

Nota 04: Dispendios Extraorçamentários

São evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como os relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (devolução de depósitos, cauções, consignações), bem como os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

Na tabela a seguir destacamos a execução dos restos a pagar pago no exercício de 2021.

Tabela - Restos a Pagar Pagos

Conta Contábil	Descrição	Valor
6.3.2.8.1.00.00	RP Processados Pagos – Exercício Anterior	R\$ 944.324,63
8.6.3.1.1.02.04	RP não Processados Pagos – Exercício Anterior	R\$ 3.870.667,42
Total		R\$ 4.814.992,05

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do IDARON em 31 de dezembro de 2021. Nele são demonstradas a posição estática dos ativos e passivos da entidade no exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Os atos administrativos são apresentados no Balanço Patrimonial em um grupo intitulado “Compensado”.

Destaca-se, portanto, a importância do Balanço Patrimonial, cuja análise auxilia a definição dos indicadores de avaliação da gestão patrimonial.

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DE RONDÔNIA

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

R\$		
ATIVO	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	69.433.157,83	51.563.897,50
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	269.045,57	266.151,89
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	955.008,60	596.104,70
VALORES RESTITUÍVEIS		355.441,61
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		
ESTOQUES	906.461,55	955.331,46
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	71.563.673,55	53.736.927,16
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	30.966.942,99	24.922.276,06
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	30.838.885,18	24.794.218,25
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	128.057,81	128.057,81
IMOBILIZADO	25.013.479,74	29.558.632,99
BENS MÓVEIS	18.593.114,17	23.378.893,86
BENS IMÓVEIS	8.991.855,66	7.829.355,66
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(2.571.490,09)	(1.649.616,53)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	55.980.422,73	54.480.909,05
TOTAL DO ATIVO	127.544.096,28	108.217.836,21

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO CIRCULANTE		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	16.028.683,59	2.387.505,17
PESSOAL A PAGAR	15.710.081,32	-
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	10.607,68	-
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	307.994,59	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	5.004,45	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A NACIONAIS CURTO PRAZO	5.004,45	153.553,19
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.458.931,49	-
VALORES RESTITUÍVEIS	5.455.699,07	355.441,61
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.232,42	1.200.000,00
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	21.492.619,53	4.096.499,97

PASSIVO NAO-CIRCULANTE		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	235.200,00	395.179,60
PESSOAL A PAGAR	235.200,00	
TOTAL DO PASSIVO NAO-CIRCULANTE	235.200,00	395.179,60
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
DEMAIS RESERVAS	83.012,76	83.012,76
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	83.012,76	83.012,76
RESULTADOS ACUMULADOS	105.733.263,99	103.643.143,88
SUPRAVIT/DÉFICITS DO EXERCÍCIO		8.320.742,17
SUPRAVIT/DÉFICITS DO EXERCÍCIO ANTERIOR		95.604.156,54
AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIORES		(281.754,83)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	105.733.263,99	103.726.156,64
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	127.461.083,52	108.217.836,21

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal- SIGEF

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		
Ativo Financeiro	69.433.157,83	51.919.339,11
Ativo Permanente	58.110.938,45	56.298.497,10
Total Ativo (I)	127.544.096,28	108.217.836,21
PASSIVO		
Passivo Financeiro	21.591.843,20	6.211.664,55
Passivo Permanente	2.338.432,42	3.005.204,91
Total Passivo (II)	23.930.275,62	9.216.869,46
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	103.613.820,66	99.000.966,75

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber		
Direitos Contratuais em Execução		
Diárias Concedidas		596.104,70
Outros Atos Potenciais Ativos		
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	596.104,70
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		
Obrigações Contratuais a Executar		
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-

QUADRO DO SUPRAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2021	31/12/2020
00 - Ordinários	15.157.614,93	736.634,29
Vinculado		44.971.040,27
13 - Compensação Financeira de Recursos Hídricos	83.254,35	
16 - Recursos de Conv. com Outras Esferas de Gov. e ONGS Firmados pela Adm. Direta	206,15	1.133.376,90

40 - Recursos Diretamente Arrecadados	32.507.634,22	43.462.834,06
46 - Recursos Provenientes de Cessão de Direitos	92.604,98	
61 - Recursos Destinados ao Combate a Covid-19		374.829,31
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	47.841.314,63	45.707.674,56

Nota 01: Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de alta liquidez, classificando-se como tal os investimentos com vencimento original de até três meses.

As disponibilidades da IDARON são compostas por valores registrados em conta-corrente bancária e em investimentos de baixo risco e liquidez imediata.

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, não havendo necessidade de tradução de moeda estrangeira pela ausência de transações em outras moedas. As aplicações financeiras foram atualizadas pelos rendimentos até 31/12/2021.

Os valores registrados nas contas de bancos e aplicações financeiras foram conciliados com os extratos bancários. Tal conciliação pode ser verificada na Prestação de Contas de 2021.

Abaixo será detalhado o saldo de caixa e equivalente de caixa apurado no Balanço Patrimonial.

Tabela - Detalhamento de Caixa e Equivalente de caixa

Conta	Descrição	31/12/2021	31/12/2020
1111190000	Bancos Conta Movimento - Demais Contas	R\$ 55.406.055,29	R\$ 50.593.610,50
1111240000	Recursos Liberados pelo Tesouro	R\$ 14.027.102,54	R\$ 970.287,00
Caixa e Equivalente de Caixa		R\$ 69.433.157,83	R\$ 51.563.897,50

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal- SIGEF

Nota 01.1: Agrupamento de contas

No exercício de 2021 houve a agregação da conta contábil - 1.1.3.5.0.00.00 (Depósitos restituíveis e valores vinculados) na conta contábil – 1.1.1.1.1.00.00 (caixa e equivalente de caixa). E para fins de identificação os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, é necessário realizar consulta através da conta de controle – 8.2.1.1.3.02.00 (DDR Comprometida por Consignações/Retenções).



Nota 02: Créditos de Curto Prazo e a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber relacionados, principalmente, com créditos tributários, créditos de transferências, dívida ativa tributária e não tributária. Os créditos a curto prazo totalizaram o valor de R\$ 269.045,57 (duzentos e sessenta e nove mil quarenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), conforme Conta Contábil 1.1.2.6.1.02.04 e são referentes a créditos da Dívida Ativa Não Tributária a qual se pretende receber até o final do exercício de 2022.

Tabela - Créditos a Curto Prazo

Conta	Descrição	31/12/2021	31/12/2020
1.1.2.0.0.00.00	Dívida Ativa Não Tributária	R\$ 269.045,57	R\$ 266.151,89
Créditos de Curto Prazo		R\$ 269.045,57	R\$ 266.151,89

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal- SIGEF

Os Créditos a Longo Prazo, Conta Contábil – 1.2.1.1.0.00.00, compreende o valor de R\$ 30.838.885,18 (trinta milhões, oitocentos e trinta e oito mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e dezoito centavos) já deduzidos os Ajustes para Perdas decorrentes de créditos vencidos e sem possibilidade de recuperação. Os Créditos a Curto e Longo Prazo são decorrentes de taxas emitidas pela prestação de serviços que não foram pagas lançados em da Dívida Ativa Não Tributária da IDARON, conforme tabelas abaixo.

Tabela de Créditos a Longo Prazo

Conta	Descrição	31/12/2021	31/12/2020
1.2.1.1.1.05.00	Dívida Ativa Não Tributária	R\$ 37.580.845,65	R\$ 31.626.237,49
1.2.1.1.1.99.05	(-) Ajuste de Perdas	R\$ 6.741.960,47	R\$ 6.832.019,24
Créditos a Longo Prazo		R\$ 30.838.885,18	R\$ 24.794.218,25

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal- SIGEF

Nota 03: Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens e é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. O custo de aquisição também compreende os gastos diretos e atribuíveis à aquisição do item de imobilizado. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Conforme Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, aprovado pela Portaria STN nº 548/2015, os Estados tinham até 2020 para preparação de sistemas e outras providências de implantação, e até 2021 para efetivação dos registros contábeis, conforme demonstrado na tabela abaixo esta Autarquia implantou o procedimento de depreciação nos bens móveis.

Tabela - Composição do Ativo Imobilizado

Ativo Imobilizado	2020	2021
Bens Móveis	R\$ 23.378.893,86	R\$ 18.593.114,17
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização	R\$ 1.649.616,53	R\$ 2.571.490,09
Bens Imóveis	R\$ 7.829.355,66	R\$ 8.991.855,66
TOTAL	R\$ 29.558.632,99	R\$ 25.013.479,74

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal- SIGEF

Nota 3.1: Bens Móveis

A depreciação tem como característica fundamental a redução do valor do bem e se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso. A causa que influencia a redução do valor é a existência de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado.

A depreciação é o declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração, ocasionada pelos seguintes fatores:

- a) Deterioração Física
- b) Desgastes com uso; e
- c) Obsolescência.

A administração Estadual utiliza, de uma forma geral, o método das quotas constantes em seus registros, conforme o Manual de Procedimentos Contábeis Especiais parte II. Assim sendo, a depreciação é calculada dividindo-se o valor a ser depreciado pelo tempo de vida útil do bem, de modo que o valor do encargo de depreciação será o mesmo em todos os períodos.

Os Bens Móveis em Almoxarifado, Conta Contábil – 1.2.3.1.1.08.00, no valor de R\$ 5.799,62 (cinco mil e setecentos e noventa e nove reais e sessenta e dois centavos) os e os Demais Bens Móveis, conta contábil – 1.2.3.1.1.09.00, que compreendem os Bens em Poder de Outras Unidades no valor de R\$ 1.421.990,99 (um milhão e quatrocentos e vinte e um mil e novecentos e noventa reais e noventa e nove centavos), não passaram pelo procedimento de depreciação por não estarem gerando benefícios econômicos para o desenvolvimento das atividades dessa Unidade Gestora.

Na tabela abaixo segue discriminada as depreciações dos bens móveis:

Bens Móveis	Custo	Depreciação	Valor Líquido Contábil
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	R\$ 613.240,97	R\$ 238.037,40	R\$ 375.203,57
Bens de Informática	R\$ 1.748.938,84	R\$ 451.897,11	R\$ 1.297.041,73
Móveis e Utensílios	R\$ 1.568.212,75	R\$ 332.645,76	R\$ 1.235.566,99
Materiais Culturais, Educacionais	R\$ 139.745,06	R\$ 18.116,67	R\$ 121.628,39
Veículos	R\$ 13.095.515,94	R\$ 1.530.793,15	R\$ 11.564.722,79
Total	R\$ 17.165.653,56	R\$ 2.571.490,09	R\$ 14.594.163,47

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal- SIGEF

Nota 3.2: Bens Imóveis

No exercício financeiro de 2021 ocorreu a incorporação de um Terreno por doação do Estado de Rondônia na cidade de Vilhena - RO, no valor de R\$ 1.162.500,00 (um milhão e cento e sessenta e dois mil e quinhentos reais), conforme inciso II, art. 5º da IN 5/2019 SEPAT-COCEN

Art. 5º A mensuração inicial do custo de um item do ativo imobilizado deverá obedecer a um dos seguintes critérios: II - pelo valor contábil líquido constante nos registros da unidade gestora de origem do bem, definido nos termos da doação ou transferência, quando um ativo é adquirido por meio de uma transação sem contraprestação;

Nota 04: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salário ou remunerações, bem como benefícios que o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessa.

O Gráfico a seguir demonstrará detalhadamente essas obrigações fazendo uma comparação entre os anos de 2020 e 2021.

Gráfico 01: Obrigações Trabalhistas



DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (Anexo 15 da Lei 4320/64);

A Demonstração das Variações Patrimoniais apresenta as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

As alterações verificadas no patrimônio podem ser quantitativas e/ou qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido da entidade. Por outro lado, as variações qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas menos as Variações Diminutivas.

Nota 01: Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

Tabela - Variações Patrimoniais Aumentativas

Conta	Descrição das VPAs	31/12/2020	31/12/2021	%
4.3	Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R\$ 28.022.552,08	R\$ 33.965.183,49	21,21
4.4	Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	R\$ 214.976,27	R\$ 1.598.448,37	643,55
4.5	Transferências e Delegações recebidas	R\$ 83.245.815,30	R\$ 200.489.233,04	140,84
4.6	Valorização e Ganhos com Ativos	R\$ 22.587,41	R\$ 75.246,43	233,13
4.9	Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 1.458.402,11	R\$ 2.235.624,82	53,29
Total		R\$ 112.964.333,17	R\$ 238.363.736,15	111,01

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal- SIGEF

As Variações Patrimoniais Aumentativas mais significativas são as elencadas no Grupo “4.5 Transferências e Delegações Recebidas”, que se referem às cotas financeiras recebidas intragovernamental. Nesse grupo, estão computados os **Repasse financeiros**, que são as **transferências financeiras internas para execução orçamentária** das unidades da administração indiretas, que somam R\$ 76.305.350,32 (setenta e seis milhões e trezentos e cinco mil e trezentos e cinquenta reais e trinta e dois centavos), **transferências financeiras recebidas – independentes de execução orçamentária** – R\$ 122.091.681,14 (cento e vinte e dois milhões, noventa e um mil seiscentos e oitenta e um reais e quatorze centavos) e **transferências não financeira intragovernamental** de R\$ 2.092.201,58 (dois milhões, noventa e dois mil, duzentos e um reais e cinquenta e oito centavos), decorrente da incorporação por transferência de Bens Móveis e Imóveis da UG 190014 – FESA, totalizando R\$ 200.489.233,04 (duzentos milhões e quatrocentos e oitenta e nove mil e duzentos e trinta e três reais e quatro centavos).

Em 2021, houve acréscimo no Grupo das VPAs – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras – remuneração de depósitos bancários que variou em 643,55%, em relação a 2020, esse incremento está relacionado às políticas financeiras brasileiras no exercício 2021. As VPAs apresentadas no Grupo “4.9 – Outras VPAs” referem-se ao recolhimento de multas aplicadas pela IDARON a em virtude do descumprimento da legislação sanitária entre outras.

Tabela - Variações Patrimoniais Diminutivas

Conta	Descrição das VPDs	31/12/2020	31/12/2021	%
3.1	Pessoal e Encargos	R\$ 83.857.229,79	R\$ 105.875.387,44	26,26
3.2	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 4.327,18	R\$ 1.564.259,25	36049,62
3.3	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	R\$ 11.819.027,77	R\$ 15.087.929,95	27,66
3.4	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	R\$ 803.503,44	R\$ 235.200,00	-70,73
3.5	Transferências e Delegações concedidas	R\$ 1.175.592,03	R\$ 113.205.095,95	9529,62
3.6	Desvalorização e Perda de Ativo	R\$ 5.277.842,68	R\$ 8.835.433,15	67,41
3.7	Tributárias	R\$ 420.140,14	R\$ 492.474,83	17,22
3.9	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 1.285.927,97	R\$ 472.565,36	-63,25
Total		R\$ 104.643.591,00	R\$ 245.768.345,93	134,86

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Variações Patrimoniais Diminutivas mais representativas referem-se às despesas com pessoal ativo, encargos patronais, benefícios a pessoal e outros que representam cerca de 43,72% do total das VPDs (Grupos 3.1 e 3.2 do Plano de Contas). A variação da despesa de pessoal de 2021 para 2020 foi de 26,26%. Essa variação pode ser justificada pelas promoções, progressões e adicionais de qualificações na carreira dos servidores do IDARON.

O Grupo “3.5 - Transferências e Delegações Concedidas” - contemplam as operações financeiras ativas entre Unidades Gestoras do Poder Executivo, através de transferências internas, dependente e independente da execução Orçamentária. Devido a relevância na variação do referido grupo em relação ao exercício anterior, discriminamos na tabela abaixo, a sua composição.

Tabela - Composição do Grupo de Contas Transferências e Delegações Concedidas.

DISCRIMINAÇÃO	Execução Orçamentária	VALOR
Repasse Concedido/ Descentralização de Crédito	Dependente	R\$ 344.537,47
Movimento de Fundos a Crédito / Correspondência de Crédito – Registra a apropriação da transferência de créditos internos entre órgãos correspondentes a saldos financeiros.	Independente	R\$ 111.836.106,26
Outras Tranf. Não Finac. Concedidas	Independente	R\$ 37.701,58
Outras Transferências/ Devolução de Saldo/Convênio	Dependente	R\$ 784.100,66
Outras Transf.- Iinter OFSS – Município/ doação de bens	Independente	R\$ 29.950,00
Execução Orçamentária Delegada/Baixa de S de Fundos	Dependente	R\$ 172.700,00
TOTAL		R\$ 113.205.095,97

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Nota 02: Baixas de itens do ativo imobilizado

No corrente ano houve baixa (desincorporação) e a reclassificação dos Bens Inservíveis (desreconhecimento contábil) no valor de R\$ 8.835.433,15 (oito milhões e oitocentos e trinta e cinco mil e quatrocentos e trinta e três reais e quinze centavos) e posteriormente, foram transferidos/reclassificado da conta contábil de ativo 1.2.3.1.1.08.05 - BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, para a conta contábil de controle 8.9.1.2.9.06.01 - DESINC. DE ATIVOS POR INSERVIBILIDADE, DESFALQUE E NÃO LOCALIZADOS, com a finalidade de manter o acompanhamento administrativo e demais providências cabíveis, pois esses bens não mais atendiam ao conceito de ativo por deixarem de gerar benefícios econômicos para o desenvolvimento da atividade da Unidade Gestora.

Nota 03: Reversão de provisão de curto prazo

No exercício de 2021 houve a reversão da Provisão para Indenizações Trabalhistas devido ao fato de, após análise, ficou constado que esses valores já estavam contemplados e executados no orçamento de 2021.

Tabela - Reversão de provisão de curto prazo

Conta Contábil	Discriminação	valor
2.1.7.1.1.01.00	Provisão para Indenizações Trabalhistas	1.200.000,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Nota 04: Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial é o confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) menos as Variações Patrimoniais Diminutivas (despesas). No exercício financeiro de 2021 o resultado apresentou um déficit patrimonial de R\$ 7.404.609,78 (sete milhões e quatrocentos e quatro mil e seiscentos e nove reais e setenta e oito centavos), que comparado ao superavit de 2020, na ordem de R\$ 8.320.742,17 (oito milhões e trezentos e vinte mil e setecentos e quarenta e dois reais e dezessete centavos), apresentou uma variação para menos de 12,37% no resultado do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta a movimentação do caixa com os ingressos de receitas e os pagamentos das despesas, evidenciando a geração ou o consumo de caixa no exercício. Proporciona, ainda, a visão dos custos operacionais e os investimentos na Unidade Gestora. A seguir detalhamos os valores constantes na referida demonstração relativo ao exercício de 2021, ressaltando que os dados correspondem ao período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

Nota 01: Demonstrações do fluxo de caixa.

Para melhor compreender os fluxos de caixa será utilizada a técnica de análise vertical para saber quais os itens têm maior representatividade dentro de cada fluxo, abaixo poderá ser analisado este comportamento.

Nota 01.1: Fluxo Operacional

Demonstra os valores que ingressaram como receitas e os pagamentos efetuados com as atividades operacionais.

Ao analisar os Ingressos, é possível verificar que as Transferências Recebidas foram a principal fonte de recursos do fluxo operacional, correspondendo cerca de 64,73% do total dos ingressos, seguido por Outros Ingressos Operacionais com 22%.

Em relação aos desembolsos, o gasto com pessoal e demais despesas e as transferências concedidas representou 34,18% e 43,50% respectivamente do total dos desembolsos.

Tabela - Fluxo Operacional – Ingressos e Desembolsos

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Janeiro a Dezembro 2021	AV%
Ingressos	R\$ 306.503.876,57	100
Receita de Serviços	R\$ 33.965.183,49	11,08
Remuneração das Disponibilidades	R\$ 1.598.448,37	0,52
Outras Receitas Derivadas e Originárias	R\$ 2.574.266,61	0,84
Transferências recebidas	R\$ 198.397.031,46	64,73
Outros ingressos operacionais	R\$ 69.968.946,64	22,83
Desembolsos	R\$ 284.666.144,54	100
Pessoal e demais despesas	R\$ 97.291.456,25	34,18
Transferências concedidas	R\$ 123.841.771,82	43,50
Outros desembolsos operacionais	R\$ 63.532.916,47	22,32
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (ingressos - desembolsos)	R\$ 21.837.732,03	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

O fluxo de caixa das atividades operacionais encerrou o exercício com um resultado positivo de R\$ 21.837.732,03 (vinte e um milhões e oitocentos e trinta e sete mil e setecentos e trinta e dois reais e três centavos), demonstrando que o Estado tem capacidade de financiar a manutenção da Unidade Gestora.

Os Outros Ingressos Operacionais bem como Outros Desembolsos Operacionais são compostos pelos **movimentos a crédito e movimento a débito** das seguintes contas:

Tabela - Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais

Conta Contábil	Movimento a crédito	Movimento a débito
1.1.3.5.0.00.00 – Depósitos restituíveis e valores vinculados	R\$ 355.441,61	R\$ 0,00
1.1.3.8.0.00.00 – Outros créditos a receber e valores a curto prazo	R\$ 1.087.574,14	R\$ 107.243,04
2.1.8.8.0.00.00 – Valores restituíveis	R\$ 59.874.941,48	R\$ 54.774.684,02
2.3.7.1.1.03.01 – Ajustes de exercícios anteriores (f)	R\$ 8.650.989,41	R\$ 8.650.989,41
Total	R\$ 69.968.946,64	R\$ 63.532.916,47

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Nota 01.2: Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

Demonstra os valores dos pagamentos efetuados com aquisições de investimentos, recebimentos e concessão de empréstimos e outros investimentos realizados. Trata-se de atividades importantes que permitem conhecer a movimentação financeira dos bens adquiridos e vendidos, da execução de obras e de desembolso em demais investimentos realizados durante o ano. No IDARON, não houve ingressos com atividades de investimento, pois não houve alienação (venda) de bens permanentes nem outras entradas de receita de capital.

Já no quadro “Desembolsos de investimento” o ativo não circulante alcançou 80,24% do total das aquisições em 2021 enquanto que em outros desembolsos de investimento com 19,76%.

Tabela: Quadro dos desembolsos de investimentos

Desembolsos	Valor	Av%
Aquisição de ativo não circulante	R\$ 3.184.371,04	80,24
Outros desembolsos de investimentos	R\$ 784.100,66	19,76
TOTAL	R\$ 3.968.471,70	100

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

A DMPL representa toda a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas do Patrimônio Líquido, isto é, Capital, Reservas de Capital, Reservas de Lucros, Reservas de Reavaliação, Ações em Tesouraria e Lucros ou Prejuízos Acumulados.

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social /Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais						83.012,76	103.643.143,88		103.726.156,64
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	9.494.729,89	-	9.494.729,89
Aumento de capital			-	-	-	-	-	-	
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-7.404.609,78	-	-7.404.609,78
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-		-	-	-	-	
Constituição / Reversão de reservas	-	-		-			-	-	
Dividendos a distribuir (R\$. por ação)	-	-	-	-	-	-	-		
Saldos Finais						83.012,76	105.733.263,99		105.816.276,75

Nota 01: Ajustes de Exercícios Anteriores

Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia - IDARON, com relação aos "Ajustes de Exercícios Anteriores", conta contábil que contempla as retificações de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, corresponderam a 8,97% num total de R\$ 9.494.729,89 (nove milhões e quatrocentos e noventa e quatro mil e setecentos e vinte e nove reais e oitenta e nove centavos) do saldo final da DMPL no exercício de 2021. Na tabela a seguir foram detalhados os lançamentos contábeis que originaram os referidos saldos ajustados:

Tabela - Ajustes de Exercícios Anteriores

Documento	Data	Descrição	Valores (R\$)
2021NS000004	02/08/21	Ajuste da 2021NS000003 CONTA CONTABIL ERRADA, DE 23711030100 PARA 23711030200.	8.650.989,41
2021NL018086	02/12/21	Baixa de apropriação por competência das despesas com pessoal, SEI 0015.519033/2021-11, ref. ao exercício de 2020, totalmente pago no atual exercício.	1.410.025,31
2021NL019108	30/12/21	Desreconhecimento de Provisão para riscos trabalhistas a curto prazo ref. ao exercício de 2021.	1.200.000,00
2021NL019112	30/12/21	Desincorporação de precatório pelo pagamento em exercício anterior - Natureza Alimentar. Precatórios quitados com o saldo existente na conta de precatórios da UG.	374.768,00
2021NL018830	31/12/21	Ajuste de Dívida Ativa não Tributária referente ao exercício de 2021.	(2.141.052,83)
Total			9.494.729,89

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF



Documento assinado eletronicamente por **Júnior Cleber Alves Paiva, Contador(a)**, em 17/03/2022, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR ROCHA PERES, Presidente**, em 17/03/2022, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **27334270** e o código CRC **FF605E35**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0015.072550/2022-85

SEI nº 27334270